



VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE PRODUZINDO O URBANO: O DESLOCAMENTO CAMPO-CIDADE EM CASTANHAL/PA

Natália Souza Pinheiro ¹
Willame de Oliveira Ribeiro ²

RESUMO

A pesquisa analisa a relação entre violência, deslocamento populacional e urbanização no município de Castanhal, Pará, destacando como o avanço da criminalidade em áreas rurais tem impulsionado a migração para o espaço urbano. O estudo parte do conceito de urbanização extensiva, conforme Monte-Mór (2006), para compreender como características urbanas se disseminam pelo campo, produzindo espaços híbridos e desiguais. A investigação combina abordagem qualitativa e quantitativa, com base em revisão bibliográfica, levantamento documental junto à SEGUP/PA e trabalho de campo na Agrovila Iracema. Os resultados indicam que a criminalidade sobretudo os crimes patrimoniais de furtos e roubos tem papel estruturante na reorganização territorial, intensificando o medo e a sensação de insegurança. Tais fatores contribuem para a reconfiguração do espaço rural e reforçam o caráter desigual da urbanização amazônica. Ao compreender Castanhal como cidade média articuladora da rede urbana regional, o trabalho evidencia que a violência não é apenas um fenômeno urbano, mas um vetor de transformação socioespacial que redefine as fronteiras entre o rural e o urbano.

Palavras-chave: Violência, Deslocamento populacional, Urbanização extensiva.

ABSTRACT

The research analyzes the relationship between violence, population displacement, and urbanization in the municipality of Castanhal, Pará, highlighting how the advance of criminality in rural areas has driven migration toward urban spaces. The study is based on the concept of extensive urbanization, as proposed by Monte-Mór (2006), to understand how urban characteristics spread through the countryside, producing hybrid and unequal spaces. The investigation combines qualitative and quantitative approaches, drawing on bibliographic review, documentary research from SEGUP/PA, and fieldwork in Agrovila Iracema. The results indicate that criminality—especially property crimes such as theft and robbery—plays a structuring role in territorial reorganization, intensifying fear and the feeling of insecurity. These factors contribute to the reconfiguration of rural space and reinforce the unequal character of Amazonian urbanization. By understanding Castanhal as a medium-sized city that articulates the regional urban network, the study demonstrates that violence is not only an urban phenomenon but a vector of socio-spatial transformation that redefines the boundaries between the rural and the urban.

Keywords: Violence, Population displacement, Extensive urbanization.

¹ Mestranda pelo programa de Pós Graduação (PPGG) da Universidade do Estado do Pará, profnatipinheiro@gmail.com;

² Professor doutor do Programa de Pós Graduação (PPGG) da Universidade do Estado do Pará; willppgguepa.com.br.



INTRODUÇÃO

Compreender a relação entre rural e urbano exige ir além das divisões tradicionais que os tratam como espaços opostos e isolados. Em contextos marcados por transformações aceleradas, o urbano frequentemente se infiltra no rural, modificando profundamente os modos de vida. A urbanização, nesse sentido, não se resume à *migração* para as cidades, mas representa uma transformação estrutural que estende características urbanas ao campo, reconfigurando práticas, paisagens e relações sociais (Davis, 2006).

No contexto amazônico é marcada por dinâmicas de interdependência e desigualdade socioespacial que se expressam de forma particular nas cidades intermediárias da região. Essas dinâmicas são atravessadas por um processo de urbanização extensiva, caracterizado pela expansão da cidade sobre áreas rurais, e por transformações nas formas de uso e ocupação do solo.

Em municípios como Castanhal, no estado do Pará, esse processo não se dá apenas por fatores econômicos ou infraestruturais, mas também pela intensificação da violência e da criminalidade em áreas consideradas rurais, que tem impulsionado o deslocamento de moradores em direção ao núcleo urbano.

Ao longo dos últimos anos, Castanhal tem se consolidado como cidade média, com crescente centralidade regional, conforme aponta Ribeiro (2020). Essa posição intermediária tem intensificado fluxos de pessoas, bens e serviços, ao mesmo tempo em que evidencia contradições e fragilidades na gestão urbana.

A urbanização, nesses moldes, manifesta-se de forma fragmentada e desigual. A Agrovila de Iracema, lócus deste estudo, constitui um espaço formalmente rural, mas já integrado às dinâmicas da cidade, e hoje enfrenta um quadro alarmante de insegurança, marcado por furtos e roubos, crimes patrimoniais que afetam diretamente o cotidiano de seus moradores.

Esse contexto revela uma transformação profunda nas relações entre cidade e campo, e assim, a urbanização extensiva, conforme definida por Monte-Mór (2006), promove a disseminação de características urbanas para além dos limites formais da cidade, reconfigurando o espaço em função de lógicas de produção, consumo.

A violência, portanto, emerge não apenas como consequência da urbanização acelerada, mas também como agente estruturante dos processos de deslocamento e ocupação do espaço. A intensificação dos crimes patrimoniais nas áreas rurais gera um



sentimento constante de medo, influenciando pessoas a abandonarem suas casas em busca de maior proteção nas áreas urbanas.

Como afirmam Vieira et al. (2016), a criminalidade modifica hábitos e trajetórias sociais, moldando os usos e significados do espaço. Assim, o medo torna-se elemento subjetivo e político que influencia diretamente as decisões dos indivíduos sobre onde viver e como se mover.

Além disso, Silva Junior (2022) observa que essa expansão precária contribui para a consolidação de espaços vulneráveis, onde o poder público tem baixa presença e a insegurança se intensifica. Em Castanhal, isso se reflete na formação de novos assentamentos em áreas periféricas e na reconfiguração de espaços rurais marcados por crescente precarização.

Como destaca Marques (2015), os espaços rurais na Amazônia têm se transformado em espaços híbridos, nos quais coexistem estruturas agrícolas tradicionais e práticas sociais tipicamente urbanas. Essa hibridização é acelerada pela violência, que rompe com a ideia do campo como espaço de refúgio ou isolamento, tornando-o palco de conflitos, insegurança e deslocamentos. A percepção de insegurança, nesse contexto, não apenas reflete a realidade da violência, mas também atua como força motriz da reestruturação espacial.

Considerando esse contexto, é possível perceber que a violência não apenas atua como um vetor de reorganização espacial, mas também como um elemento subjetivo que molda a percepção e as decisões dos indivíduos sobre o espaço. O medo e a insegurança, como aponta Bauman (2008), têm substituído as promessas de estabilidade e progresso, criando um ambiente marcado pela incerteza.

Diante disso as perguntas que norteiam a pesquisa são: Quais os tipos de crimes que implicam na percepção de insegurança dos moradores de áreas rurais de Castanhal? Quais as repercussões do medo da criminalidade sobre a organização do espaço rural de Castanhal? Quais fatores relacionados à criminalidade impulsionam o deslocamento dos moradores de áreas rurais de Castanhal e como isso se relaciona com o processo de urbanização?

A fim de responder às problemáticas da pesquisa, foi construído um referencial teórico que aborda a urbanização extensiva sob a lógica do capital, a produção desigual do espaço urbano e a segregação socioespacial. A análise também se aprofunda nas dinâmicas da violência na vida urbana, diferenciando seus tipos e os conceitos de crime e criminalidade. Por fim, discute-se como a insegurança e a vulnerabilidade impulsionam deslocamentos das áreas rurais para o espaço urbano. Esses fundamentos sustentam a



análise empírica desenvolvida nos capítulos sobre a expansão urbana e os deslocamentos populacionais em Castanhal.

O objetivo geral da pesquisa é compreender o papel da criminalidade na dinâmica de deslocamentos dos moradores das áreas rurais de Castanhal e sua relação com o processo de urbanização. Para alcançar esse propósito, estabelecem-se como objetivos específicos: Analisar os tipos de crimes que implicam na percepção de insegurança dos moradores das áreas rurais de Castanhal; Entender as repercussões do medo da violência e da criminalidade sobre a organização do espaço rural de Castanhal e sua relação com o processo de urbanização.

A investigação proposta parte da necessidade de compreender as transformações socioespaciais que emergem da inter-relação entre violência, deslocamento populacional e produção do urbano em contextos amazônicos. Nas últimas décadas, Castanhal, cidade média do nordeste paraense, tem se destacado como um território de intensas dinâmicas entre o campo e a cidade, marcado tanto pela expansão de atividades econômicas quanto pelo avanço de novas formas de criminalidade. Esse cenário tem revelado processos de deslocamento de moradores das áreas rurais, impulsionados não apenas por fatores econômicos, mas, sobretudo, por questões relacionadas à insegurança e à sensação de abandono.

Os registros oficiais da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SEGUP) entre 2020 e 2024 indicam um crescimento expressivo de crimes patrimoniais em diferentes zonas da cidade, especialmente em bairros periféricos como Jardim das Acácias, São José e Santa Lúcia. Tais dados evidenciam a produção desigual do espaço urbano e a disseminação de práticas criminosas que reconfiguram tanto o cotidiano quanto as territorialidades locais. No meio rural, observam-se relatos recorrentes sobre furtos e invasões, como os registrados na Agrovila Iracema, onde o medo e a vulnerabilidade vêm se tornando elementos estruturantes das decisões de migração para o meio urbano.

Assim, Castanhal surge como um espaço estratégico para refletir sobre os novos contornos da violência e seus desdobramentos na configuração urbana amazônica, permitindo discutir de que maneira esses processos expressam as desigualdades históricas e os desafios contemporâneos da região.

Este trabalho também se insere em um esforço coletivo de pesquisa, sendo financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, uma fundação vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com apoio do grupo de pesquisa Geopurb – Geografia do Pará Urbano, o Laboratório GeoVCrim – Laboratório de Crime e



Violência, e o Núcleo de Pesquisas da Violência na Amazônia – NEPEVA, que oferecem base teórica e metodológica robusta. Assim, a proposta visa contribuir para a compreensão das dinâmicas socioespaciais contemporâneas que atravessam as fronteiras entre o rural e o urbano, especialmente em contextos amazônicos, marcados por desigualdades históricas e novas formas de violência.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e quantitativa, com foco na Agrovila Iracema, em Castanhal (PA). Os procedimentos metodológicos incluem: Revisão bibliográfica, com base em autores e temas como produção do espaço, urbanização extensiva, segregação socioespacial, violência urbana e segurança pública; Levantamento documental, utilizando dados da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC), vinculada à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará (SEGUP-PA), que fornece informações detalhadas sobre furtos e roubos no Pará; Trabalho de campo, com observação direta, registros fotográficos e entrevistas com moradores, lideranças locais e agentes de segurança. Os dados estão sendo sistematizados por meio de análises estatísticas, cartográficas e interpretativas, buscando compreender como a violência influencia o deslocamento da população do campo para a cidade e as transformações no espaço urbano-rural de Castanhal.

1. O papel de Castanhal na rede urbana regional e seu processo de formação

O estudo das cidades demanda compreender as relações que estabelecem entre si, seja por meio da oferta de serviços, da gestão do território ou dos fluxos de pessoas e mercadorias que conectam diferentes espaços. Essas relações estruturam-se a partir de níveis variados de centralidade, tornando os conceitos de hierarquia urbana e rede urbana fundamentais para analisar não apenas a dinâmica dos grandes centros, mas também o papel das cidades médias em contextos regionais específicos, como é o caso de Castanhal no Nordeste Paraense.

A hierarquia urbana expressa os diferentes graus de importância das cidades, definidos pela capacidade de concentrar atividades de gestão pública e empresarial, ofertar bens e serviços especializados e atrair populações de outros centros (IBGE, 2018, 2020). O IBGE organiza as cidades em cinco categorias principais — Metrópoles, Capitais Regionais, Centros Sub-regionais, Centros de Zona e Centros Locais — que refletem distintos níveis de centralidade e abrangência territorial.

As Metrópoles, situadas no topo da hierarquia, exercem influência em escala nacional, seguidas pelas Capitais Regionais, articuladoras de funções em âmbito estadual ou regional.



Os Centros Sub-regionais conectam municípios vizinhos, enquanto os Centros de Zona polarizam cidades do entorno por meio da oferta de comércio e serviços básicos. Por fim, os Centros Locais possuem influência restrita ao próprio território.

Essa estrutura hierárquica está estreitamente relacionada à rede urbana, entendida como um conjunto articulado de cidades em que aquelas de maior centralidade exercem influência sobre as de hierarquia inferior. Nela se organizam interações que envolvem deslocamentos cotidianos, circulação de mercadorias, prestação de serviços e formas de gestão do território. Como observa Corrêa (2006, p. 311), a rede urbana constitui “*um conjunto de centros funcionalmente articulados*”, resultado de processos históricos, sociais e econômicos que atribuem a cada cidade funções específicas.

Na Amazônia, entretanto, a rede urbana apresenta características particulares: diferentemente de outras regiões brasileiras, ela é marcada por baixa hierarquização e forte dependência de fatores externos. Conforme Corrêa (1987), trata-se de uma configuração fragmentada, em que poucos centros concentram relevância significativa, enquanto a maioria das cidades desempenha funções reduzidas e pouco diversificadas. Essa estrutura decorre tanto dos ciclos econômicos regionais, como o da borracha, quanto dos projetos de colonização e da forma desigual de integração da região ao mercado nacional.

Mais do que simples fluxos, as interações entre Castanhal e Belém configuram-se como processos socioespaciais que contribuem para a produção de cada cidade. Isso não implica atribuir agência própria às cidades, mas reconhecer que os agentes sociais nelas inseridos constroem práticas e relações que moldam e, simultaneamente, são moldadas pela realidade espacial que vivenciam. Tais interações ultrapassam o âmbito econômico, refletindo também dinâmicas sociais, políticas e territoriais que evidenciam a interdependência entre os dois centros urbanos (RIBEIRO, 2020).

No caso de Castanhal, sua vinculação com Belém manifesta-se em múltiplas formas de interação. Por um lado, a capital exerce funções de centralidade que atraem fluxos de pessoas, mercadorias e serviços, influenciando diretamente a dinâmica castanhalense; por outro, Castanhal atua como espaço de suporte e complementaridade, consolidando-se como elo estratégico na dispersão metropolitana. Essa relação dialética não apenas reforça a condição de Belém como metrópole regional, mas também amplia o papel de Castanhal na rede urbana do Nordeste Paraense, reafirmando sua relevância como centro articulador (RIBEIRO, 2020).

Nesse contexto, Castanhal emerge como centro de articulação regional. Situada em posição estratégica no entorno metropolitano de Belém, a cidade consolidou-se



historicamente como ponto de passagem e redistribuição, favorecida pela localização às margens da BR-316, importante eixo de integração estadual. Seu processo de formação urbana esteve inicialmente vinculado à função de entreposto, ligado à circulação de mercadorias e pessoas, o que estimulou a expansão do comércio, dos serviços e a consolidação de sua centralidade.

De acordo com Ribeiro (2020), Castanhal desempenha o papel de cidade média com elevada centralidade no Nordeste Paraense, ocupando o estrato mais elevado da hierarquia urbana regional, classificada como *Centro Sub-regional A*, e atendendo a uma área de influência que abrange cerca de 15 municípios. Essa posição se reflete nos fluxos cotidianos de deslocamento para trabalho, estudo e acesso a serviços especializados, além da circulação de mercadorias que reforça sua posição como principal nó da rede urbana regional.

Embora não faça parte formalmente da Região Metropolitana de Belém, Castanhal integra seu entorno imediato, beneficiando-se da proximidade com a metrópole sem perder autonomia funcional. Essa posição híbrida — simultaneamente dependente e autônoma — garante à cidade um papel estratégico como elo articulador entre Belém e o interior do Nordeste Paraense.

Além de sua função de centralidade, Castanhal atua como vetor estruturador do território regional, promovendo modernização econômica, expansão urbana e intensificação das interações espaciais. A cidade influencia diretamente a organização dos centros vizinhos, consolidando-se como resultado histórico da ocupação regional e, ao mesmo tempo, como agente indutor de novas configurações espaciais (RIBEIRO, 2020).

Dessa forma, o papel de Castanhal na rede urbana regional resulta tanto de sua trajetória histórica vinculada à circulação e redistribuição quanto de sua consolidação como cidade média com forte centralidade no Nordeste Paraense. Sua relevância extrapola a oferta de serviços e infraestrutura, abrangendo a função estratégica de articulação, o que evidencia a importância das cidades médias na dinâmica da rede urbana amazônica.

2. A Criminalidade em Castanhal

A análise da criminalidade em Castanhal requer uma abordagem que considere tanto os aspectos estatísticos quanto os contextos sociais e territoriais que estruturam os delitos. O capítulo parte da sistematização de estudos empíricos sobre o tema, buscando compreender as dinâmicas, tipificações e espacializações dos crimes no município. Embora as estatísticas criminais sejam fundamentais para o planejamento de políticas públicas e identificação de



vulnerabilidades, elas, isoladamente, não explicam o fenômeno, pois a violência está imersa em processos socioespaciais mais amplos (VIEIRA et al., 2016).

Em Castanhal, o bairro Jaderlândia se destaca como o território de maior vulnerabilidade e incidência criminal. Entre 2011 e 2014, houve um aumento expressivo nas ocorrências de tráfico de drogas, que passaram de 45 para 168 registros, representando um crescimento de 273,3% (VIEIRA et al., 2016). O estudo aponta ainda a presença de uma estrutura organizada do tráfico, com divisão de funções e horários, o que reforça o caráter sistêmico da criminalidade e sua relação com outros delitos, como furtos, roubos e homicídios.

Complementarmente, Gutierrez et al. (2016) identificam que os crimes de roubo de veículos e a transeuntes estão entre os mais recorrentes no município. Em 2014, os roubos de veículos somaram 215 ocorrências, com variações sazonais ligadas ao calendário escolar e aos períodos de maior atividade econômica, evidenciando a influência das dinâmicas socioeconômicas e da mobilidade urbana na conformação da criminalidade local.

Por sua vez, Fernandes (2019) analisou os crimes violentos letais intencionais (CVLI), observando uma redução gradual dos homicídios dolosos, que passaram de uma média de nove vítimas por mês em 2018 para sete em 2019, e número residual de latrocínios. Essa queda, embora indique melhora relativa nos índices de segurança, não representa uma mudança estrutural na dinâmica da violência.

De forma geral, a leitura integrada desses estudos mostra que a criminalidade em Castanhal é heterogênea, concentrada territorialmente e marcada por contrastes entre os bairros, conforme seu perfil socioeconômico e o grau de presença estatal. O Jaderlândia exemplifica o que Souza (2008) denomina “territórios da violência”, espaços onde a precariedade das políticas públicas e a atuação de grupos ilícitos se sobrepõem, gerando disputas de controle social e político.

Nesse sentido, compreender a violência em Castanhal implica reconhecer que ela é produto da produção socioespacial desigual, marcada por segregações e conflitos territoriais. A expansão urbana recente do município, caracterizada por fragmentação e dispersão espacial (ARAÚJO; CHAGAS, 2020), tem intensificado tais processos, consolidando uma geografia do crime que expressa as contradições da urbanização amazônica. Assim, o espaço urbano não é causa direta da violência, mas o meio que condiciona, organiza e reproduz as dinâmicas que a sustentam (FERREIRA; PENNA, 2005).

No que se refere à violência letal, os dados da Secretaria de Inteligência e Análise Criminal (SIAC/SEGUP-PA) indicam variações significativas nos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI).

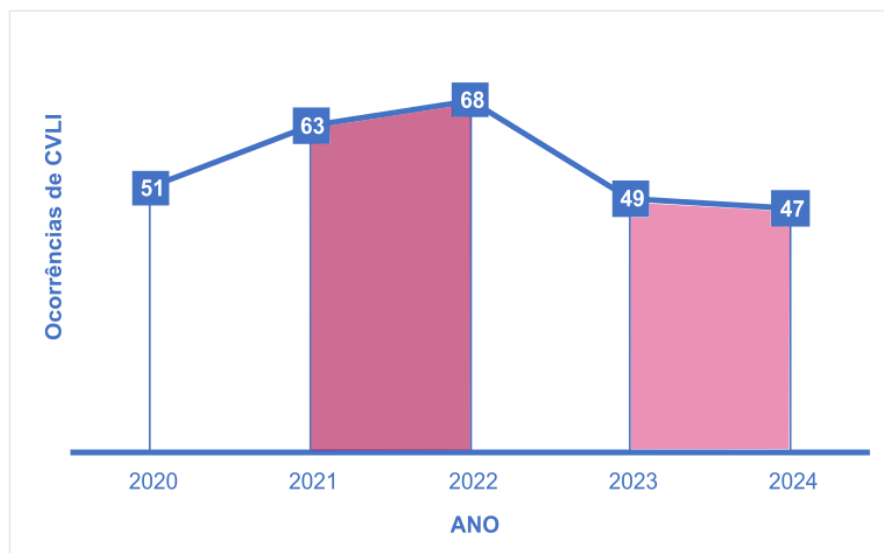


Gráfico 01. Ocorrências de CVLI em Castanhal entre 2020 e 2024. SIAC (2025)

Fonte: Pinheiro, 2025.

A análise das ocorrências de CVLI entre 2020 e 2024 evidencia movimentos de crescimento e posterior retração, sugerindo um cenário de instabilidade na dinâmica da violência letal no município.

Em 2020, com 51 registros, os números já indicavam uma presença significativa de homicídios e crimes violentos. No entanto, observa-se um aumento consistente nos dois anos seguintes: 63 casos em 2021 e o pico de 68 em 2022. Esse crescimento aponta para um agravamento da violência letal, possivelmente associado a disputas territoriais, dinâmicas do narcotráfico, fragilidades institucionais de segurança ou mesmo à intensificação de conflitos urbanos e rurais.

A partir de 2023, há uma queda expressiva, com 49 ocorrências, número que se manteve em patamar semelhante em 2024 (47 registros). Essa redução pode estar relacionada a maior presença do aparato policial, mudanças nas estratégias de grupos criminais, políticas locais de segurança pública ou alterações conjunturais. Ainda assim, o fato de os números

permanecerem próximos a 50 demonstra que a violência letal não desaparece, mas se reacomoda em novos níveis.

Portanto, o período revela um ciclo de expansão e retração: de um cenário de intensificação até 2022 para uma fase de redução nos anos seguintes. Esse movimento sugere

que, embora as políticas ou conjunturas tenham conseguido conter parcialmente os índices, os CVLI seguem como uma marca estrutural da criminalidade em Castanhal, exigindo interpretações que considerem tanto fatores imediatos (ações repressivas, operações policiais) quanto estruturais (desigualdades sociais, disputas territoriais, precariedade do Estado em determinados espaços).

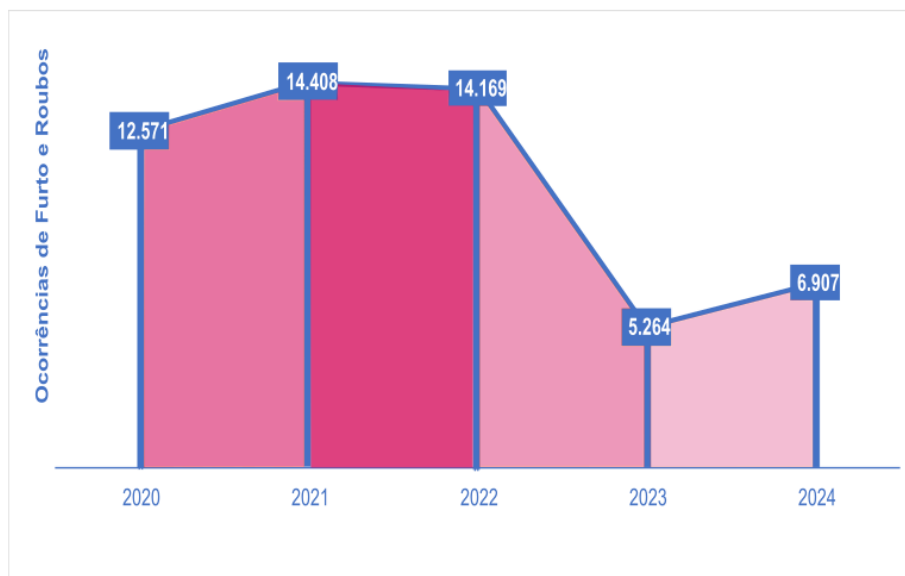


Gráfico 02. Ocorrências de furtos e roubos em Castanhal entre 2020 e 2024. SIAC (2025)

Fonte: Pinheiro, 2025.

A trajetória das ocorrências de furtos e roubos em Castanhal entre 2020 e 2024 revela movimentos contrastantes que ajudam a compreender a dinâmica da criminalidade urbana no município.

No início da série (2020–2022), os números permanecem elevados e relativamente estáveis, superando os 12 mil registros anuais. Esse cenário sugere a presença de um quadro consolidado de vulnerabilidade urbana, em que a violência patrimonial faz parte do cotidiano, gerando efeitos diretos na sensação de insegurança da população.

O ano de 2023 rompe com essa lógica, apresentando uma queda abrupta para pouco mais de 5 mil ocorrências. A redução pode ser lida como resultado de uma reconfiguração conjuntural, seja pelo reforço de estratégias policiais, mudanças nos fluxos criminais, maior controle de áreas urbanas ou até mesmo uma possível diminuição nas notificações oficiais. Esse declínio, contudo, não significa o desaparecimento da criminalidade, mas antes uma retração atípica dentro da série histórica.

Já em 2024, observa-se uma retomada, com crescimento para quase 7 mil registros. Embora o número ainda esteja distante dos picos de 2020–2022, ele sugere que a redução



verificada em 2023 não se consolidou como tendência, apontando para a permanência da criminalidade patrimonial como fenômeno estruturante do espaço urbano local.

Assim, o período analisado evidencia uma oscilação significativa: de um patamar historicamente elevado, passando por um declínio expressivo, até alcançar uma recuperação parcial. Essa instabilidade reforça a ideia de que a violência em Castanhal não é apenas um dado episódico, mas um elemento em constante disputa entre ações de contenção e dinâmicas sociais que a alimentam.

Ela também se relaciona às trajetórias históricas de formação dos bairros, muitos dos quais originados em ocupações irregulares ou em processos de expansão desordenada, marcados por exclusão social. Nessas localidades, a ausência de políticas públicas efetivas e de equipamentos sociais e educativos favorece a aproximação de jovens e adultos com atividades ilícitas como estratégia de sobrevivência (VIEIRA et al., 2016).

Outro aspecto relevante é a percepção da violência pela população, que molda comportamentos cotidianos e estratégias de proteção. Nas áreas centrais, a insegurança está ligada à criminalidade patrimonial, influenciando rotas de deslocamento e práticas comerciais (GUTIERREZ et al., 2016). Já nas periferias, o medo da violência letal e a presença de grupos criminosos afetam a sociabilidade e enfraquecem redes comunitárias, reforçando ciclos de vulnerabilidade.

Portanto, a criminalidade em Castanhal deve ser compreendida como expressão de processos estruturais e territoriais, e não apenas como resultado de ações individuais. Ela combina fatores socioeconômicos, segregação espacial, ausência estatal e dinâmicas urbanas, exigindo políticas públicas que articulem segurança, inclusão social e ordenamento urbano. Somente assim será possível mitigar os impactos da violência sobre a vida cotidiana e o desenvolvimento do município.

3. O papel da violência nos deslocamentos populacionais dos espaços rurais em Castanhal e sua vinculação com a urbanização.

Aqui analisa-se o impacto da violência no deslocamento das populações rurais para o espaço urbano de Castanhal, destacando a relação entre os crimes patrimoniais de furtos e roubos e o processo de urbanização. A violência no campo não é um fenômeno isolado: ela promove mudanças significativas na dinâmica populacional e territorial.

Vieira (2019) argumenta que o crescimento da criminalidade no Brasil deve ser interpretado não apenas a partir de fatores estruturais, como pobreza e desigualdade, mas também sob uma leitura geográfica, que revela a expansão das práticas violentas por todo o território nacional, inclusive nas áreas rurais, antes associadas à tranquilidade. Assim, espaços



outrora seguros passam a ser atravessados por práticas criminosas diversas, acompanhando a transformação do rural e a incorporação de elementos urbanos que modificam os modos de vida locais.

A violência, conforme Bauman (2008), é um dos principais fatores de desestruturação social, afetando o cotidiano dos indivíduos e coletividades em dimensões físicas, simbólicas e territoriais. Ele classifica os perigos que atingem a vida das pessoas em três categorias: os que ameaçam o corpo e os bens; os que desestabilizam a ordem social e econômica; e os que fragilizam o pertencimento e a identidade. Esses medos, mesmo quando desvinculados das causas reais, geram insegurança e vulnerabilidade, orientando ações concretas como o deslocamento populacional.

Segundo Araújo e Guedes (2017), os deslocamentos humanos tornaram-se mais complexos em suas causas e consequências: a figura tradicional do migrante voluntário cede lugar a indivíduos cujas decisões são condicionadas por fatores externos, como a violência, os desastres ambientais e os conflitos políticos. Assim, a perda de segurança no campo, somada à ausência de políticas públicas de proteção e desenvolvimento rural, tem levado ao esvaziamento populacional e à reconfiguração dos espaços urbanos.

A urbanização, nesse contexto, não decorre de um processo natural de expansão econômica, mas se estrutura sob a lógica da exclusão e da vulnerabilidade, revelando um padrão de desenvolvimento marcado pela precariedade e insegurança. Castanhal exemplifica esse cenário: entre 2020 e 2024, o município apresentou altos índices de furtos e roubos, refletindo a espacialização da violência associada à precariedade urbana e à ausência de políticas públicas. Essa dinâmica não se restringe à cidade consolidada — o aumento dos crimes patrimoniais nas áreas rurais indica a ampliação dos espaços afetados pela criminalidade, atingindo modos de vida antes marcados pela tranquilidade.

O caso da Agrovila Iracema ilustra essa realidade, o aumento expressivo de ocorrências de furtos e roubos ao longo dos últimos anos evidencia que a violência não é uma ameaça esporádica, mas constante e estruturada, desafiando a ideia de um campo seguro e isolado dos conflitos urbanos.

A atuação de grupos organizados, capazes de impor o medo, tem provocado mudanças significativas no modo como os moradores se relacionam com seus espaços de vida: adaptações nas rotinas, investimentos em segurança privada e, em muitos casos, a decisão de migrar para a cidade como forma de proteção. Assim, a violência em Castanhal ultrapassa os limites do espaço urbano formal e impõe a necessidade de uma leitura mais ampla, que compreenda o território como uma totalidade atravessada por disputas, medos e estratégias de sobrevivência



especialmente quando essas estratégias envolvem o deslocamento forçado em busca de segurança

O subcapítulo 4.1 *foca na Agrovila Iracema, utilizando dados concretos de furtos e roubos para ilustrar essa realidade*. Além da análise quantitativa, o texto incorpora relatos dos próprios moradores, que revelam a dimensão social e afetiva dos impactos da violência no cotidiano rural. Por meio dessa abordagem, busca-se compreender como a insegurança influencia as decisões e estratégias de deslocamento das comunidades rurais.

4. Furtos e roubos na agrovila de Iracema: os efeitos no deslocamento rural no contexto urbano

A violência nos espaços rurais de Castanhal, especialmente aquela tipificada por crimes patrimoniais como furtos e roubos, tem se configurado como um dos fatores impulsionadores do deslocamento populacional para as áreas urbanas. Apesar da associação tradicional da violência com os centros urbanos, observa-se que o campo tem enfrentado crescentes índices de criminalidade, afetando diretamente a segurança das famílias, a estabilidade econômica da produção agrícola e o sentimento de pertencimento rural.

Esse cenário de insegurança no meio rural contribui para um movimento de deslocamento em direção à cidade, que não se dá apenas por fatores econômicos ou de acesso a serviços, mas também como estratégia de sobrevivência frente à vulnerabilidade imposta pela violência.

Consequentemente, esse fluxo de pessoas saindo do campo para a cidade intensifica o processo de urbanização em Castanhal, contribuindo para o crescimento disperso e acelerado de áreas periféricas, pressionando as políticas públicas urbanas e criando dinâmicas socioespaciais. A violência, portanto, não apenas ameaça o cotidiano rural, mas também se insere como elemento estruturante do território urbano, ao impulsionar transformações populacionais e territoriais que configuram a cidade contemporânea.

O gráfico 3 mostra que entre os anos de 2020 e 2024, a Agrovila Iracema, localizada na zona rural de Castanhal, apresentou um aumento significativo nas ocorrências de furtos e roubos. Em 2020, foram registrados 26 casos, número que subiu para 30 em 2021, 37 em 2022, 49 em 2023 e atingiu 58 em 2024. Esses dados evidenciam uma tendência de crescimento contínuo da criminalidade patrimonial no campo, totalizando um aumento de 123% no período analisado.

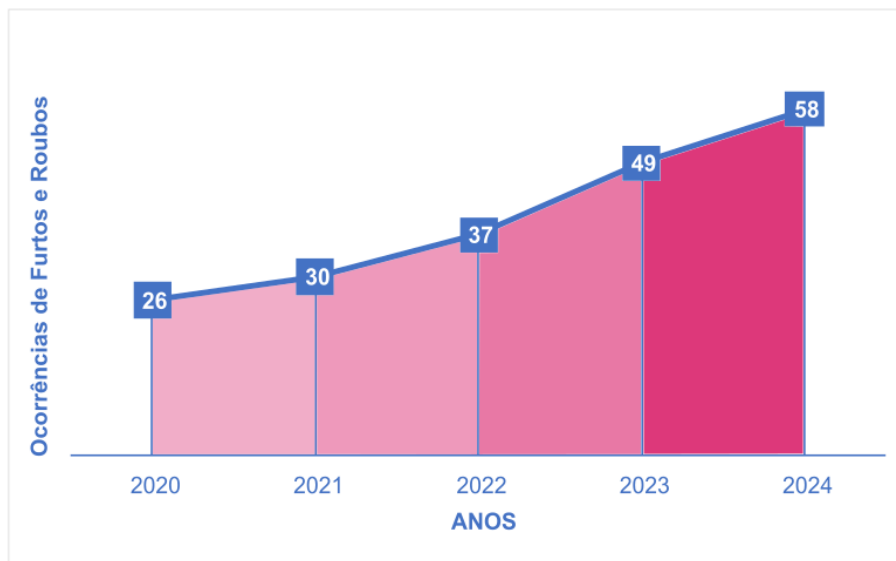


Gráfico 3. Furtos e Roubos na Agrovila Iracema em Castanhal
Fonte: elaborado pela autora (2025)

As variações percentuais anuais também reforçam esse agravamento: entre 2020 e 2021, o crescimento foi de 15,4%; de 2021 para 2022, 23,3%; de 2022 para 2023, 32,4%; e, finalmente, de 2023 para 2024, o aumento foi de 18,4%. O salto mais expressivo ocorreu entre 2022 e 2023, quando os registros cresceram em 12 ocorrências.

Embora a criminalidade urbana receba maior atenção da sociedade e dos pesquisadores, observa-se que os crimes de natureza econômica, como furtos e roubos, também têm crescido significativamente nas áreas rurais. Esse fenômeno se evidencia na Agrovila Iracema, em Castanhal, onde os registros de ocorrências aumentaram de 26, em 2020, para 58, em 2024, conforme demonstrado no gráfico 3.

Esse crescimento expressivo revela que a população rural também está exposta a um cenário crescente de insegurança, afetando não apenas a integridade física das pessoas, mas também a proteção de seus bens e meios de subsistência.

O trabalho de campo exploratório proporcionou um relato esclarecedor, a partir de uma conversa com um morador que partiu de uma observação informal e não como uma entrevista semiestruturada. O depoimento revela a complexidade da violência no campo e seus efeitos profundos na vivência da Agrovila Iracema, nas relações comunitárias e nas estratégias de proteção social. Muito além de episódios isolados, o relato evidencia um processo contínuo de insegurança, medo e reorganização do cotidiano.

A violência, nesse contexto, não acontece apenas de forma ocasional, mas torna-se recorrente e bem articulada, como mostram as falas do morador: *“A primeira vez foi às 7h da manhã. Eles estavam de passagem, só que tinha um conhecido nosso dentro do carro e mandou*

os estranhos descerem” e, em outro momento, “A segunda vez foi de madrugada. Estava tudo fechado, todo mundo dormindo”. A variação temporal das ações evidencia a vulnerabilidade constante da comunidade, que já não pode se sentir segura nem durante o dia, nem à noite.

Outro aspecto que chama atenção é a presença de criminosos encapuzados e organizados, o que indica certo nível de planejamento: *“A gente não sabe de onde eles eram, estavam encapuzados”*. A fuga pelo mato, mesmo após a chegada da *patrulha rural*, reforça a adaptação da criminalidade ao espaço: *“Depois disso, a polícia veio fazer a rota, mas eles fugiram pelo meio do mato”*. A natureza do território com estradas, mata densa e distância entre moradias favorece a evasão e dificulta a ação policial.

Entretanto as figuras 1 e 2 apresentam as fachadas de duas propriedades rurais de grande porte, nas quais se observa, de forma destacada, a presença de placas com a inscrição "Área monitorada pela Polícia Militar – Patrulha Rural". Essas sinalizações evidenciam a atuação enfática do aparato policial como estratégia de segurança adotada por determinados proprietários rurais, refletindo a preocupação com a vigilância e o controle do território frente ao contexto de violência e conflitos no meio rural.



Figura 1 e 2: trabalho de campo exploratório na Agrovila Iracema, 2025.

Fonte: elaborada pelo autor

De acordo com a Agência Pará (2023) a implementação do 2º Batalhão Rural da Polícia Militar do Pará, em 2023, representa uma medida recente adotada pelo governo estadual com o objetivo de reforçar a segurança em áreas rurais, sobretudo em comunidades localizadas nas agrovilas do nordeste paraense.



Com sede em Castanhal e atuação em 47 municípios da região, a unidade é composta por 106 policiais militares especializados e capacitados para operar na modalidade denominada *Patrulha Rural Georreferenciada*. Seu principal objetivo é reduzir os índices de criminalidade no campo, com foco em ocorrências como roubos, furtos em estradas vicinais, roubo de animais e de maquinário agrícola.

Em trabalho de campo exploratório, observou-se que a atuação da Patrulha Rural é mais presente em propriedades extensas, o que revela uma presença seletiva do Estado no espaço rural. Tal seletividade indica uma priorização de áreas com certo valor econômico. Assim, embora a patrulha represente uma tentativa recente de ampliar a atuação estatal, sua lógica de operação reflete interesses econômicos e hierarquias territoriais, funcionando menos como garantia universal de proteção e mais como instrumento de governança voltado ao controle e à vigilância de áreas estratégicas.

Diante disso, os próprios moradores passaram a investir em estratégias autônomas de segurança, revelando a ausência ou insuficiência do Estado: *“A gente foi tentando melhorar a segurança. Colocamos câmeras, colocamos grades... e aí foi melhorando”*. No entanto, essas estratégias mostram fragilidades: *“Só que o vigia da noite se afastou, não veio mais. Começou a vir só um dia na semana, começou a falhar”*, apontando para a precariedade das soluções comunitárias e o desgaste das tentativas de proteção.

A expansão dos serviços privados de proteção está associada a um processo de descentralização da responsabilidade estatal pela segurança pública. Como destaca Zanetic (2010), esse movimento tem levado indivíduos e instituições a recorrerem a soluções privadas como forma de responder às dinâmicas de violência e criminalidade, em um contexto no qual o Estado não consegue atender, de maneira ampla e eficaz, à crescente demanda por proteção. Trata-se menos de uma simples desconfiança e mais de uma adaptação prática diante da insuficiência estrutural e operacional do aparato público de segurança.

As figuras 3 e 4 ilustram fachadas de pequenos comércios locais que adotaram medidas de proteção por meio de serviços privados de segurança. Em ambas as imagens, é possível observar placas do GSO – *Sistema de Segurança*, evidenciando a contratação de monitoramento privado por parte dos proprietários desses estabelecimentos.

A presença dessas placas em pontos comerciais de menor porte revela como a percepção de insegurança ultrapassa os limites das grandes propriedades ou áreas mais valorizadas, alcançando também o cotidiano de comerciantes que, diante da fragilidade da segurança pública, veem no serviço privado uma alternativa para proteção do patrimônio e inibição de

ações criminosas. Essas imagens ajudam a ilustrar, visualmente, o processo de privatização da segurança e a crescente naturalização da presença de empresas privadas do cotidiano urbano.

O relato também destaca a existência de dois perfis de violência na região: *“Os roubos mais fracos são feitos pelos ‘pé-rapado’ daqui de perto mesmo. Os mais pesados são com olheiro”*. Tal distinção explicita uma articulação entre criminalidade local e externa, que se apoia na convivência de moradores: *“Sempre tem um conhecido que informa. Tem gente da própria comunidade que, com certeza, traz gente estranha de fora”*. Essa contradição compromete os vínculos de confiança e intensifica o medo.



Figura 3 e 4: trabalho de campo exploratório na Agrovila Iracema, 2025.

Fonte: elaborada pelo autor

Em um dos momentos mais marcantes do relato, a experiência direta da violência leva o entrevistado a reavaliar sua relação com o espaço: *“Hoje eu prefiro ter mais gente por perto do que ficar isolado. Eu tenho um terreno pra agricultura, nosso plano era ir pra lá. Mas depois que fui pego duas vezes aqui, já é o contrário: quero é mais gente perto de mim”*. Essa fala expressa como a violência redefine as práticas espaciais, invertendo projetos de vida e desestimulando o isolamento espacial, historicamente associado à autonomia e ao sossego.

Como relatado na entrevista, a violência adquire contornos ainda mais graves e ameaçadores, dessa vez relata a história de um vizinho, que saiu de suas terras por conta do ocorrido: *“Quando ele se aproximou do carro e viu a movimentação estranha, nem desceu. Mas viu que tinha um cara com uma peixeira no mato. Ele deu ré e conseguiu fugir, mas ainda levou uma lapada no pescoço.”* Situações como essa revelam o quanto o medo é concreto e



vivido cotidianamente pelos moradores, não se tratando de uma percepção abstrata, mas de experiências diretas de ameaça à integridade física e à vida.

A recorrente sensação de insegurança tem levado diversos moradores a reconsiderarem sua permanência nas áreas rurais. A dispersão das moradias e a dificuldade de acesso a redes de apoio imediato, sobretudo em situações de furtos, roubos, acentuam a vulnerabilidade desses territórios.

Nesse contexto, o deslocamento para o meio urbano, especialmente para a cidade de Castanhal, é frequentemente percebido como uma estratégia de proteção, uma vez que a maior proximidade entre as residências e a presença constante de pessoas no espaço urbano contribuem para uma maior sensação de segurança. Ainda assim, a atuação do Estado permanece insuficiente, tanto no campo quanto na cidade, revelando a precariedade das políticas públicas de segurança em ambos os contextos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho permitiu compreender que a relação entre o rural e o urbano em Castanhal não se constrói a partir de fronteiras fixas, mas por meio de interações complexas, marcadas por fluxos, conflitos e desigualdades. O estudo evidenciou que a urbanização extensiva na Amazônia, conforme apontado por Monte-Mór (2006), manifesta-se de forma desigual e fragmentada, atingindo áreas rurais e impondo novas dinâmicas territoriais.

Nesse contexto, a violência surge como um elemento estruturante e não apenas como uma consequência do processo urbano. A pesquisa demonstrou que a criminalidade em Castanhal apresenta caráter multifacetado, variando entre crimes patrimoniais e crimes letais, com concentração espacial em bairros periféricos e expansão gradual para zonas rurais.

Os dados analisados da Secretaria de Inteligência e Análise Criminal (SIAC/SEGUP-PA) entre 2020 e 2024 indicam que os furtos e roubos constituem o tipo de delito mais recorrente e diretamente relacionado à sensação de insegurança, tanto na cidade quanto no campo. Essa criminalidade cotidiana, ao afetar a rotina dos moradores, redefine percepções e práticas espaciais, tornando o medo um componente central das dinâmicas sociais e territoriais.

Constatou-se que os crimes patrimoniais especialmente furtos e roubos são os principais responsáveis pela sensação de insegurança entre os moradores rurais, afetando diretamente o cotidiano e desestabilizando laços comunitários. O medo e a insegurança, por sua vez, têm provocado transformações significativas no espaço rural, promovendo o esvaziamento populacional e a reconfiguração das práticas de uso do território.



O campo deixa de ser percebido como refúgio e passa a ser entendido como espaço vulnerável, sujeito a riscos antes restritos à cidade. Essa sensação de vulnerabilidade desestrutura as relações comunitárias, modifica hábitos cotidianos e contribui para o fortalecimento da urbanização extensiva.

O principal fator impulsionador dos deslocamentos do campo para a cidade é a intensificação dos crimes patrimoniais, associada à ausência do Estado e à precarização das políticas públicas de segurança e de desenvolvimento rural. Esses elementos fomentam deslocamentos em busca de maior proteção e acesso a serviços urbanos. Assim, a criminalidade atua como vetor de urbanização, acelerando a expansão desordenada das cidades e reforçando a segregação socioespacial.

Com base nessas constatações, verificou-se que a violência, ao mesmo tempo em que se difunde para além dos limites urbanos, atua como força produtora de novas territorialidades, redefinindo fronteiras e intensificando a dependência entre campo e cidade. Em síntese, a violência e a criminalidade não apenas refletem as contradições do espaço urbano amazônico, mas também participam ativamente de sua produção.

A urbanização em Castanhal revela-se, portanto, um processo simultaneamente econômico, político e subjetivo, em que o medo e a insegurança configuram-se como forças estruturantes do território. Compreender essa dinâmica é essencial para repensar políticas públicas que articulem segurança, desenvolvimento rural e planejamento urbano, a fim de mitigar os efeitos da violência sobre o espaço e sobre a vida das populações que habitam as fronteiras entre o rural e o urbano na Amazônia. O caso de Castanhal demonstra que a violência, longe de ser um fenômeno periférico, é um elemento central na constituição contemporânea das cidades médias amazônicas e na redefinição do espaço regional.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 49, n. 3, p. 39-68, 1987.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana**. Bertrand Brasil, 2006.

DAVIS, M. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

FERNANDES, Paula Lourena Rodrigues. *Estatísticas criminais: a incidência de crimes violentos letais e intencionais no município de Castanhal – PA*. Castanhal, 2019.

GUTIERREZ, Carlos Benedito Barreiros et al. *Mapeamento da criminalidade na cidade de Castanhal utilizando ferramenta de integração e análise de dados espaciais*. Castanhal, 2016.



MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. Terra Livre, [S. l.], v. 2, n. 19, 2015. DOI: 10.62516/terra_livre.2002.160. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/160>. Acesso em: 23 maio. 2025.

MARQUES, M. I. M. **O conceito de espaço rural em questão**. Terra Livre, [S. l.], v. 2, n. 19, 2015. DOI: 10.62516/terra_livre.2002.160. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/160>. Acesso em: 23 maio 2025.

MONTE-MÓR, R. L. **O que é o urbano no mundo contemporâneo**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n. 111, p. 9-18, 2006

REGIÕES DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html>. Acesso em: 01 set. 2025.

RIBEIRO, Willame de Oliveira. Rede urbana e interações espaciais na Região Nordeste do Pará. **Belém: EDUEPA**, 2020.

SILVA JÚNIOR, S. **Produção do espaço, desigualdades socioespaciais e violência urbana: uma análise socioespacial sobre a cidade de Castanhal, PA. 2022**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2022.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

VIEIRA, G. et al. **Geografia do crime: uma análise espacial sobre a criminalidade no bairro do Jaderlândia – Castanhal-PA**. Boletim Amazônico de Geografia, Belém, v. 3, n. 5, p. 24-48, 2016.

VIEIRA, Guilherme Cezar Sousa et al. Geografia do crime: uma análise espacial sobre a criminalidade no bairro do Jaderlândia-Castanhal-PA. **Boletim Amazônico de Geografia, Belém**, v. 3, n. 5, p. 24-48, 2016.

VIEIRA, Guilherme Cezar Sousa et al. *Geografia do crime: uma análise espacial sobre a criminalidade no bairro do Jaderlândia – Castanhal (PA)*. Castanhal, 2016.

VIEIRA, J. **"Como é que a gente fica no campo desse jeito?"**: interiorização da criminalidade e a ressignificação do espaço rural na Microrregião de Viçosa–MG. 2019.

ZAPATA, Gisela P.; GUEDES, Gilvan. Refúgio e modalidades de deslocamentos populacionais no século XXI: tendências, conflitos e políticas. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 34, p. 05-13, 2017.